



REESTATIZAÇÃO
DA ELETROBRAS,
JÁ

Brasília, 17 de dezembro de 2024

ELETROBRAS QUER PAGAR FIANÇA PARA “INTEGRANTES GOVERNO LULA” E LEGALIZAR O CRIME DE LESA-PÁTRIA

Por diversas vezes, publicamente, o então candidato à presidência Lula, classificou a privatização da Eletrobras como “CRIME DE LESA-PÁTRIA, BANDIDAGEM E ESCÂRNIO” e jurou aos privatistas que acertariam as contas com o novo governo, caso fosse eleito.

Em maio de 2023, já como presidente eleito, Lula orientou a Advocacia Geral da União – AGU a entrar no Supremo Tribunal Federal – STF com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI, questionando a interpretação do Art.3º, da Lei 14.182/2021 (Lei da privatização), que limitava o Poder de Voto da União em 10%, mesmo o Estado tendo 43% das ações com direito a voto, chamadas de ações ordinárias. É importante ressaltar que o próprio presidente Lula assinou a ação, que passou a se chamar de ADI 7385.

Apesar do Ministro Kassio Nunes Marques, do Superior Tribunal Federal – STF ter determinado uma tentativa de conciliação entre a Eletrobras e a União, no âmbito da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal – CCAF e ter prorrogado o prazo de conclusão da conciliação várias vezes, não foi possível, até o presente momento, chegar a um acordo, pois os interesses em jogo são diametralmente opostos, ou deveriam ser.

Agora, no apagar das luzes de vencer o novo prazo de prorrogação da tentativa de conciliação, a imprensa tem noticiado, que as partes estão próximas de fecharem um acordo, e tudo leva a crer, pelas notícias veiculadas, que é um acordo que beneficia a Eletrobras privada e prejudica o povo brasileiro. Um acordo que legaliza a “BANDIDAGEM” e o crime de “LESA-PÁTRIA. **Parece que a Eletrobras está pagando fiança para alguns integrantes do governo Lula, para que o crime seja perdoado e legalizado,**

transformando o ilegal em legal e o inconstitucional em constitucional.

Se este acordo realmente ocorrer da forma como está sendo noticiado pela imprensa, Lula irá completar e consolidar a privatização da Eletrobras, iniciada por Bolsonaro e sendo conivente com um dos maiores crimes de lesa-pátria contra o povo brasileiro.

Trocar o Poder de Voto da União de 43%, por 27% das vagas do Conselho de Administração da Eletrobras, enquanto um acionista privado (3G RADAR) com menos de 1% das ações ordinárias coordena e indica as demais 8 vagas de um Conselho com 11 membros é uma excrescência e de uma “burrice” sem limites, que só pode ser explicada pela cobiça de alguns integrantes do governo, nos salários dos conselheiros da companhia, que pode chegar até R\$200 mil.

Entre os minoritários da Eletrobras, os fundos abutres que se beneficiam deste acordão sem precedentes são liderados pela 3G Radar de Lehman, Vicente Falconi e Pedro Batista, o BTG Pactual de André Esteves e tantos outros como LPAR Geração Futuro, SPX, Vinci Partners, Banco Clássico, Maliko, Squadra. Tudo que eles querem é segurança jurídica para aumentar a conta de luz do nosso povo e entupir seus bolsos de bônus e dividendos.

É preciso que fique bem claro! Caso este acordão nocivo entre o governo e a Eletrobras seja firmado nos termos que está sendo noticiado pela imprensa, os eletricitários se sentirão traídos pelo governo Lula e não terão mais compromisso com a continuidade deste projeto, pois não representa os interesses do povo brasileiro. Será a capitulação do governo Lula ao capital especulativo nacional e internacional, em detrimento do povo brasileiro.

